

Governadores exigem

■ Chefes do executivo de todos os estados vão hoje a Cardoso com queixas e pedidos

LU AIKO*

BRASÍLIA — Os governadores de todos os estados se encontram hoje com o presidente Fernando Henrique Cardoso para acelerar as reformas administrativa e tributária, mas o foco do debate será outro: as dívidas estaduais, para as quais exigem solução. “O incêndio nos estados é tão grande que a articulação das bancadas no Congresso acabou prejudicada”, disse o líder do PSDB, deputado José Aníbal (SP).

Os estados se dividem em dois grupos: os que estão pendurados na Caixa Econômica Federal (CEF) e em outros bancos federais, principalmente os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os que estão pendurados no mercado financeiro com uma *muleta* emprestada pelo Banco Central. Neste grupo, estão Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O problema, no entanto, é comum: eles não conseguem pagar suas contas. A causa também é comum: o crescimento exagerado das folhas de pagamento, que não foram adaptadas para um período de inflação baixa. O objetivo, portanto, também é o mesmo: pagar menos ou, de preferência, nada pagar por pelo menos dois anos.

Pressões — O drama é tão evidente e a pressão tão forte que o governo já se conformou. “Sou favorável à renegociação, mas nada amplo, geral e irrestrito. É melhor examinar caso a caso”, diz o ministro do Planejamento, José Serra. É a mesma posição defendida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. O Senado prepara-se para votar um projeto de resolução que reduz de 11% para 9% a parcela da receita que cada estado é obrigado a comprometer com o pagamento da dívida contratual (aquela com os bancos estaduais). Em 1993, essa dívida foi assumida pelo Tesouro Nacional e refinanciada por 20 anos, mas os estados não estão agüentando pagar.

Para Rio, São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, o drama é outro. Eles não têm grandes dívidas com os bancos federais, mas tomam recursos no mercado financeiro, utilizando papéis emprestados pelo Banco Central. O problema é que esses papéis pagam juros de acordo com o mercado e a dívida se multiplica com a política de juros

elevados do Banco Central. Resultado: o Rio de Janeiro, nos primeiros oito meses deste ano, pagou R\$ 400 milhões de sua dívida. Mesmo assim, ela cresceu R\$ 1,2 bilhão, só por causa dos juros, segundo as contas do secretário de Planejamento do estado, Marco Aurélio Alencar.

“Só cortar gastos já não resolve mais nosso problema. É preciso discutir com o Banco Central e o Congresso uma solução definitiva, para reduzir custos e alongar prazos. Fora disso, não há solução”, diz Marco Aurélio. Como não quer pedir *almoço grátis*, ele propõe que qualquer desfogo na dívida dos estados seja condicionada a medidas de austeridade por parte dos estados.

Juros — Marco Aurélio fez o seguinte cálculo: se os estados ficarem com a mesma arrecadação nos próximos quatro anos e as taxas de juros não baixarem, em dois anos o Rio estaria gastando todo seu orçamento só para pagar juros. “A dívida é impagável”, reclama o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano.

A penúria dos estados é ainda mais chocante quando se sabe que, na verdade, a renda deles cresceu nada menos que 59,3% no primeiro ano do Real, segundo cálculos do Ministério do Planejamento. “Os estados estão mesmo em uma situação difícil, por dois motivos: porque 1994 foi um ano eleitoral — e, em anos eleitorais, os gastos crescem até na Islândia — e por causa da queda de inflação”, explica o ministro José Serra. “No Rio de Janeiro e no Ceará, a folha de pagamento cresce de 2 a 3% ao mês, sem nenhuma nova contratação e sem nenhum aumento salarial”.

Esse crescimento ocorre por causa de quinquênios e anuênios, aposentadorias e outros benefícios que, em épocas de inflação alta, não pesavam nas despesas dos governos. Para se livrar disso, os governadores querem a reforma administrativa, muito mais do que a tributária. Cientes disso, os líderes governistas no Congresso decidiram colocar as votações da tributária (que desagrada os governadores) à frente. Assim, forçarão os governadores a discutirem o assunto e a negociarem. “Uma chantagezinha não faz mal a ninguém”, explicou um líder.

* Colaborou Carmen Kozak

Solução para dívidas
Pública